



**ANA MARIA CAMPOS**  
anacampos.df@dabr.com.br

## Braga Netto foi descartado como testemunha na CPI dos Atos Antidemocráticos

Preso sob suspeita de coordenar a trama golpista no governo Bolsonaro, o general da reserva Braga Netto não chegou a ser ouvido pela CPI da Câmara Legislativa que apurou os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Um requerimento de convocação chegou a ser avertado para que ele fosse ouvido no plenário da comissão, concluída em novembro do ano passado, mas nunca foi marcada a oitiva do candidato a vice na chapa de Bolsonaro, em 2022. No relatório final, do deputado distrital Hermeto (MDB), não houve referências ao general quatro estrelas. O texto foi aprovado com cinco votos favoráveis e um contrário, do deputado distrital Fábio Félix (PSol).

Fernando Frazão/Agência Brasil



## Alírio será homenageado na Câmara Legislativa

O ex-presidente da Câmara Legislativa Alírio Neto será agraciado com o título de cidadão honorário de Brasília. Ex-deputado distrital e ex-administrador do Guará, Alírio foi diretor-geral do Detran-DF no governo Ibaneis Rocha, mas se afastou devido a um problema de saúde. A homenagem, de autoria dos deputados Eduardo Pedrosa (União) e Dayse Amarílio (PSB), foi aprovada pela Casa que ele comandou entre 2007 e 2008.

Antonio Cunha/CB/D.A Press



## Trump no Natal dos distritais

O deputado distrital Joaquim Roriz Neto (PL) distribuiu, ontem, chocolates para os colegas com a cara de Donald Trump como mimo de Natal. A versão ainda não está atualizada: é da campanha do republicano que derrotou a democrata Kamala Harris. O presente chamou a atenção dos distritais. Para alguns, no entanto, tem sabor amargo.

Imagem cedida ao Correio



## Na campanha pelo FCDF

A primeira-dama do Distrito Federal, Mayara Noronha Rocha, entrou na campanha para preservar os recursos do Fundo Constitucional do DF. De forma didática, ela gravou um vídeo e postou nas redes sociais explicando porque os recursos federais são necessários para manter a capital.

## Quem ama não mata

O Distrito Federal chega ao 23º caso de feminicídio em 2024, com a morte de uma mulher esganada pelo companheiro no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA). As penas têm sido duras, como a que condenou, na semana passada, no Tribunal do Júri de Ceilândia, um homem pelo feminicídio da ex-companheira na frente da filha do casal. A pena foi fixada em 43 anos e 18 dias em regime inicial fechado. Mesmo assim, os crimes continuam ocorrendo. Sinal de que outras medidas são urgentes.

## TJDFT julgou 76 crimes contra a vida em novembro

Em novembro, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) participou do Mês Nacional do Júri, que foi promovido em 16 circunscrições do quadrilátero. Ao todo, foram realizadas 76 sessões de julgamento, sendo seis de feminicídio e 70 de homicídio, entre outros. A mobilização da Justiça busca intensificar os julgamentos de réus em crimes dolosos contra a vida e, assim, garantir maior celeridade na tramitação de processos por meio de esforço concentrado durante todo o mês.

## Esforço concentrado

No TJDFT, a iniciativa é coordenada pela juíza auxiliar da 2ª Vice-Presidência, Marília Guedes. Segundo a magistrada, o Mês Nacional do Júri concentra esforços do Tribunal de Justiça e da magistratura no julgamento de crimes dolosos contra a vida, entre eles, o feminicídio e o homicídio. Para a juíza, o resultado foi exitoso, com aproximadamente 70 sessões plenárias realizadas em todo o DF. "Isso se soma aos esforços de todo o Poder Judiciário e da segurança pública no combate aos crimes desta natureza, com o objetivo de que sejam reduzidos ao máximo na sociedade, tornando-a mais segura", declarou a magistrada.



**"As medidas do ajuste fiscal vão ser aprovadas sem desidração e 2025 será um ano de mais crescimento da economia, mais empregos e renda, com as contas públicas organizadas"**

Líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), autor do projeto que muda a correção do Fundo Constitucional do DF



Câmara dos Deputados

**"Tem que ter a compreensão de todos os brasileiros que prejudicar o Distrito Federal é prejudicar o país. E o reflexo dessa alteração do fundo vai trazer um engessamento dessas áreas prioritárias, em especial, a questão da segurança"**

Governador Ibaneis Rocha (MDB)



Ed Alves/CB/D.A Press



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb



# Correio debate o futuro do FCDF

Especialistas, secretários do governo local e representantes do setor produtivo discutirão a importância da preservação dos recursos

» MILA FERREIRA

O **Correio Braziliense** reunirá representantes do Poder Executivo, do Ministério Público, do setor produtivo, dos servidores e especialistas para discutir o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) — sua importância e as consequências para a capital da República, caso haja redução dos recursos. O evento *Entre os Eixos do DF: o Fundo Constitucional do Distrito Federal* será no auditório do jornal, amanhã, às 14h30, com transmissão ao vivo pelo YouTube.

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), falou ontem ao **Correio** e garantiu que as negociações com o relator do Projeto de Lei nº 4.614/2024 e seu companheiro de legenda deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL) estão avançadas. "Está tudo bem encaminhado. Já conversei com o relator, e estamos apenas esperando a hora certa para fazer o anúncio", adiantou. Segundo o

chefe do Executivo, a votação que prevê o corte de gastos, que inclui o FCDF, deve ocorrer até quinta-feira.

O secretário de Economia, Ney Ferraz, que vai participar do debate, ressaltou a importância da realização desse evento em um momento tão decisivo para o Fundo Constitucional. "O recurso é relevante não apenas para o governo do DF, mas também para o financiamento de políticas públicas fundamentais nas áreas de segurança pública, saúde e educação", reitera.

Ney Ferraz avaliou que, em um momento decisivo como esse, o diálogo entre diferentes setores é indispensável para assegurar que sua aplicação continue fortalecendo a governança, a justiça social e a coesão federativa.

José Aparecido Freire, presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio-DF), alertou para os efeitos sociais. "A mudança proposta no Fundo Constitucional pode impactar

Pedro Santana/CB/D.A Press



A vice-governadora do DF, Celina Leão, é presença confirmada

negativamente não só as finanças públicas, mas também a qualidade dos serviços e o ambiente de negócios. Envolver a sociedade e o setor produtivo neste debate é importante para dar mais transparência e buscar uma saída pela manutenção dos recursos", opinou o empresário.

## Votação

Hoje, haverá reunião de líderes partidários com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Os parlamentares vão falar sobre a pauta de votações da semana e a possível inclusão do PL 4.614/2024.

Sessões ordinárias estão marcadas para hoje e amanhã. Antes do recesso, os deputados precisam votar ainda a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA).

## Debatedores

Além de Ney Ferraz e José Aparecido, estão previstas as presenças da vice-governadora Celina Leão; do secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar; do procurador-geral de Justiça do DF, Georges Seigneur; do vice-presidente do TCDF, André Clemente; do diretor da Escola Superior da Advocacia-Geral da União, João Carlos Souto; do presidente eleito da OAB-DF, Paulo Maurício Braz Siqueira; da presidente do Sindepo-DF, delegada Cláudia Alcântara; do ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel; do presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi-DF), Roberto Botelho; e da ex-governadora do DF Maria de Lourdes Abadia.

A mediação será dos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Ana Maria Campos.

## » O que é o FCDF?

Em vigor desde 2002, o Fundo Constitucional é um recurso repassado anualmente pela União ao DF. É destinado ao custeio e ao pagamento de pessoal nas áreas de saúde, educação e segurança pública. Nessa última, o fundo é utilizado também para investimento. O valor do recurso é calculado com base na Receita Corrente Líquida (RCL), isto é, quanto maior a arrecadação da União, maior será o valor repassado ao DF. O PL nº 4.614/2024, de autoria do líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), propõe a implementação de um ajuste fiscal com uma série de cortes de gastos. O texto prevê uma mudança de cálculo do FCDF de forma que o valor do recurso passe a ser calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).